

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

INTERESSADO: Instituto Private		
EMENTA: Indefere o credenciamento do Instituto Private, sediado na Avenida Duque de Caxias, nº 972, Alto Alegre, CEP: 62.500-085, no município de Itapipoca, e mantido por Francisco de Assis Rodrigues Feitosa. Indefere, ainda, o reconhecimento do Curso Técnico em Enfermagem – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde/modalidade Presencial.		
RELATORA: Sofia de Evaristo Menescal		
PROCESSO Nº 08974332/2023	PARECER Nº 631/2024	APROVADO EM: 25/9/2024

I – RELATÓRIO

Anderson Nascimento de Andrade, diretor pedagógico do Instituto Private, mediante o Processo nº 08974332/2023, solicita deste Conselho Estadual de Educação (CEE) o credenciamento do referido Instituto e o reconhecimento do curso Técnico em Enfermagem, na modalidade Presencial e nas formas concomitante e subsequente ao ensino médio, entrada semestral, com projeção de duas turmas, com 30 (trinta) vagas, cada, totalizando 60 (sessenta).

O Instituto Private configura-se como instituição educacional de direito privado; é mantido por Francisco de Assis Rodrigues Feitosa, com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 33.228.661/0001-28, e tem sede na Avenida Duque de Caxias, nº 972, Alto Alegre, CEP: 62.500-085, no município de Itapipoca.

Este Processo fora submetido à análise documental realizada pela Assessora Técnica da Célula de Educação Superior e Profissional (Cedup), Amália Barreto Lima Mesquita, que elaborou a Informação Final nº147/2024.

A avaliação técnica do especialista, Marcélio Berto da Costa, foi designada mediante a Portaria CEE/CE nº 139/2024, publicada no Diário Oficial do Estado (D.O.E.) de 7/6/2024, bacharel em Enfermagem, especialista em Saúde da Família, especialista em Docência no Ensino Profissionalizante, Científico e Tecnológico e mestre em Ensino na Saúde.

A visita a essa Instituição foi realizada de modo presencial, no dia 28/6/2024, norteada pelo recurso técnico-pedagógico da Câmara da Educação Superior e Profissional (CESP): Instrumento de Avaliação Comum para



FOR: GR
REV: JAA

1/6

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 631/2024

Credenciamento/Recredenciamento de Instituição de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Reconhecimento/Renovação de Reconhecimento de Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, modalidade presencial, realizada por um único especialista.

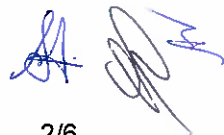
Referido Instrumento orienta a avaliação nos seguintes aspectos: Dimensão 1 – Gestão Escolar e Instrumentos de Gestão Escolar; Dimensão 2 – Aspectos Pedagógicos; Dimensão 3 – Pessoal e Dimensão 4 – Infraestrutura.

Em decorrência das avaliações realizadas, evidenciaram-se os seguintes problemas de inadequação pedagógica e legal:

- Dimensão 1: os itens 1.9 Secretaria Escolar: "Na estrutura física do Instituto Private existe o espaço da secretaria. Não há serviço organizado com arquivos, pastas e documentos para efetuação da matrícula, nem pessoa responsável pelo serviço. Consiste em uma sala contendo uma mesa e uma cadeira, 02 prateleiras, 03 nichos e um espaço para organizar arquivos (tudo ainda vazio). Este espaço é bem iluminado, mas não possui janela, nem é climatizado (existe espaço para ser colocado um ventilador em breve). Houve divulgação do curso, mas nenhuma matrícula foi efetuada."; e, 1.13 Avaliação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI): "Não existe citação, em nenhum momento do texto do PPI, da existência ou frequência de avaliação do próprio instrumento";

- Dimensão 2: o item 2.5.7 "Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou Relatório de Estágio Obrigatório: "O plano de curso não cita se há TCC ou obrigatoriedade de entrega de relatório de estágio contendo a descrição das atividades realizadas funcionando como um TCC. Porém, existe o relatório final de estágio, que está descrito no plano de curso (pág. 52) e que serve apenas para que o docente possa atribuir nota ao discente.";

- Dimensão 4: os itens 4.2 Diretoria: "O instituto Private dispõe de uma sala que funcionará como diretoria e coordenação pedagógica. Este espaço é pequeno, possuindo como mobiliário apenas duas mesas e cadeiras, nichos na parede e uma prateleira (tudo ainda vazio). Não havia computadores, impressoras ou quaisquer outros equipamentos. O ambiente estava bem higienizado e esteticamente organizado no momento da visita, sendo climatizado e bem iluminado. A porta permite acesso a cadeirante, mas não possuía marcações (porta sanfonada). A instituição não possui piso tátil. Quanto à segurança, existe um extintor de incêndio válido próximo à sala. Esta sala proporciona uma visão para a recepção e entrada do estabelecimento, não permitindo a visualização do que ocorre no espaço escolar



FOR: GR
REV: JAA

2/6

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 631/2024

interno. O acesso à internet dar-se-á via wi fi. O espaço não oferece muito conforto para atendimento de usuários.”; 4.3 Biblioteca – espaço físico e acervo: “A biblioteca possui espaço próprio, estava bem higienizada e esteticamente organizada no momento da visita, sendo bem iluminada e climatizada artificialmente. Existem duas mesas de plástico, cada uma com quatro cadeiras, para estudo coletivo e uma mesa com uma cadeira para estudo individual (o mobiliário está bem conservado). Existem nichos na parede, onde são organizados os livros (o acervo resume-se a livros). Há, também, alguns *banners* com imagens ilustrativas do corpo humano decorando o ambiente. Não possui computador para pesquisa; nem sistema informatizado para catalogação e organização de empréstimo e nem um profissional responsável pelo espaço.

De acordo com o coordenador do curso, esta pessoa ainda será contratada e os empréstimos serão organizados em livro de protocolo. Não existe espaço adaptado para cadeirantes, embora a porta permita a passagem de cadeiras de rodas (portas sem marcação - porta sanfonada). Não existe biblioteca virtual. O acesso à internet é garantido via wi fi. O acervo é pequeno, ainda não está catalogado. A maioria das obras possuem suas edições publicadas entre os anos de 2012 a 2020, com volume único ou no máximo dois volumes por obra, sendo insuficiente para a quantidade de alunos pretendida de 30 por turma, estando em desacordo com o que preconiza a Resolução CEE nº 485/2020 (um volume para cada dez e alunos e livros atualizados).”; 4.4 Laboratório de Informática: “O laboratório de informática está instalado em uma das salas da instituição, estava bem higienizado e esteticamente organizado no momento da visita, sendo bem iluminado e climatizado artificialmente. A gestão deste espaço ficará sob a responsabilidade de João Paulo Ferreira Pinto, bacharel em Redes de Computadores e professor da instituição. O espaço está mobiliado com duas mesas de plástico com quatro cadeiras cada uma, e mais seis cadeiras avulsas, que estavam encostadas linearmente na parede. Possui, ainda, uma mesa e uma cadeira para o professor e um quadro branco. Em cima das mesas de plástico estavam oito laptops com acesso à internet e funcionantes (acesso estável e rápido). Para atender à demanda de trinta alunos pretendida por turma, este espaço seria insuficiente (a não ser que a turma fosse dividida para as aulas). O ambiente não possui ilha adaptada para cadeirantes, ou nenhum outro recurso para PcD (somente a porta em largura acessível – sanfonada).”; 4.6 Sala para Atender ao Discente: “A instituição não dispõe de sala reservada para atendimento ao discente.”; 4.7 Sala de Professores: “A instituição não dispõe de sala própria para professores.”; 4.8 Sala de Coordenação Pedagógica e Orientação de Estágio: “A instituição não dispõe de sala

FOR: GR
REV: JAA

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 631/2024

própria para coordenação pedagógica e orientação de estágio. A coordenação vai funcionar no mesmo ambiente da direção, em uma estrutura já descrita anteriormente (sala pequena, climatizada, bem iluminada e pouco mobiliada). Este espaço não é muito confortável para atender alunos e professores, e não comporta uma reunião. A sala não possui computadores, impressoras, telefones ou outros. A porta é sanfonada. Permite a passagem de cadeirantes, mas não possui marcações. O acesso à internet acontece via wi fi.”; 4.10 Área de Convivência: “A instituição não tem área de convivência.”; 4.15 Almoxarifado: “A instituição não tem almoxarifado.”; 4.16 Instalações Sanitárias: “O Instituto Private possui, apenas, dois banheiros: um banheiro unissex de uso comum, contendo um sanitário, uma pia pequena e um chuveiro; e, um banheiro unissex para pessoas com deficiência, com um sanitário comum, pia comum, barras de apoio instaladas, porta com largura acessível a cadeirante e não possui chuveiro. Os banheiros estavam higienizados no momento da visita e com a manutenção em dia. Esses são os únicos sanitários disponíveis para uso de alunos, professores e funcionários, podendo ser insuficiente para uma turma prevista de trinta alunos, fora os demais profissionais (de acordo com a NR 24, que trata das instalações sanitárias e do conforto em locais de trabalho: “Todo estabelecimento deve ser dotado de instalações sanitárias, constituídas por vasos sanitários, mictórios, lavatórios e chuveiros, na proporção mínima de um conjunto para cada grupo de vinte trabalhadores ou fração”).

II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O indeferimento do pleito está amparado no descumprimento da Lei nº 9.394/1996 (LDBEN); do Decreto nº 5.154/2004, que regulamentou o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/1996; do Decreto nº 8.268/2014, que alterou o de nº 5.154/2004; da Resolução CNE/CEB nº 2/2020, que aprovou a 4ª Edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT); do Parecer CNE/CP nº 17/2020, da Resolução CNE/CP nº 1/2021; da Resolução CEE nº 466/2018, alterada pela Resolução nº 485/2020. Com relação a este normativo, evidenciam-se:

Art. 7º O pedido de credenciamento de instituição de ensino, de reconhecimento e de autorização deve ser feito pelo representante legal da instituição de ensino ou por sua mantenedora, mediante ofício dirigido à Presidência do CEE, com os documentos inseridos no Sistema de Informatização e Simplificação de Processos da Educação Profissional (Sisprof), para, posteriormente, ser gerado o processo no Sistema de Virtualização de Processos (Viproc) ou equivalente, acompanhado dos seguintes documentos:



FOR: GR
REV: JAA

4/6

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 631/2024

[...]

§ 4º A organização curricular, nos termos da legislação vigente, deve explicitar:

I – componentes curriculares de cada etapa de formação, descritos em termos de competências, habilidades e bases científico-tecnológicas, com a indicação de, pelo menos, 3 (três) referências bibliográficas atualizadas;

[...]

Art. 8º Os imóveis destinados ao funcionamento de instituição de Educação Profissional Técnica de Nível Médio devem estar em consonância com a legislação e com as normas específicas do ordenamento público, referentes à ocupação, à segurança, à salubridade e ao meio ambiente para fins de uso educacional, bem como dispor de instalações físicas adequadas às respectivas etapas e modalidades de ensino, tais como:

II – salas destinadas à biblioteca, ao apoio pedagógico, aos laboratórios básicos e específicos e aos serviços administrativos;

III – espaços físicos para funcionamento de recepção, secretaria e auditório ou espaço específico para eventos;

IV – áreas livres para convivência e circulação;

V – rampas, portas adequadas, piso tátil e outras estruturas adequadas à acessibilidade e, quando for o caso, plataformas ou elevadores;

VI – instalações sanitárias, de acordo com as diretrizes vigentes;

VII – biblioteca devidamente equipada com acervo adequado, físico ou virtual, composto de, no mínimo, 1 (um) exemplar para cada dez alunos, dentre os títulos listados no plano do curso. (CEARÁ, 2020)

III – VOTO DA RELATORA

Considerando a análise documental da assessoria da Célula de Educação Superior e Profissional (CEDUP) e o Relatório da Avaliação Técnica do Especialista, voto pelo indeferimento do credenciamento do Instituto Private, sediado na Avenida Duque de Caxias, nº 972, Alto Alegre, CEP: 62.500-085, no município de Itapipoca, e mantido por Francisco de Assis Rodrigues Feitosa. Pelo indeferimento, ainda, do reconhecimento do Curso Técnico em Enfermagem – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde/modalidade Presencial.

Ao retornar a este CEE, essa Instituição deverá sanar as fragilidades constantes no corpo deste Parecer e cumprir o que determina a Resolução CEE nº 512/2023:

FOR: GR
REV: JAA

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 631/2024

Art. 1º As instituições de ensino que tiverem suas solicitações indeferidas, somente poderão protocolizar um novo processo com a mesma demanda no CEE, após 6 (seis) meses, a partir da publicação do Parecer de indeferimento no Diário Oficial do Estado (D.O.E.).

§ 1º A Instituição de ensino, ao encaminhar um novo processo ao CEE, a partir da publicação do Parecer de indeferimento, deverá comprovar o cumprimento de todas as exigências citadas no Voto do Relator.


§ 2º As instituições de ensino deverão inserir no sistema de informatização em vigência no CEE o cumprimento das exigências, de acordo com as normas do Conselho. (CEARÁ, 2023)

É o parecer, salvo melhor juízo.

IV – CONCLUSÃO DA CÂMARA

Parecer aprovado, por unanimidade, na Sala Virtual das Sessões da Câmara da Educação Superior e Profissional do Conselho Estadual de Educação, em Fortaleza, aos 25 de setembro de 2024.


SOFIA DE EVARISTO MENESCAL
Relatora


GUARACIARA BARROS LEAL
Presidente da CESF


ADA PIMENTEL GOMES FERNANDES VIEIRA
Presidente do CEE